

A propósito da realidade da ideologia na teoria econômica (Reflexões em torno da polêmica Dobb-Schumpeter)

On the reality of ideology in economic theory

GILSON SCHWARTZ*

RESUMO: O objetivo deste artigo é revisar algumas das ideias básicas das obras de Maurice Dobb e Joseph A. Schumpeter com referência à metodologia da história do pensamento econômico. Parece existir um debate entre os autores, à medida que Dobb tenta criticar as ideias de Schumpeter. As suas opiniões aparentemente opostas poderiam ser razoavelmente associadas a uma controvérsia “externalista” X “internalista”, mas argumenta-se que este não é o caso porque partilham algumas premissas comuns e não discutidas. O problema deveria ser discutir o real significado da utilização das ferramentas da teoria econômica, não apenas verificando as suas consequências “práticas” ou isolando as técnicas de outros níveis de análise, mas assumindo a relevância da crítica ideológica no plano metodológico.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia da economia; polêmica Dobb-Schumpeter; ideologia.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to review some of the basic ideas in the works of Maurice Dobb and Joseph A. Schumpeter with reference to the methodology of the history of economic thought. It seems to exist a debate between the authors, as long as Dobb tries to criticize Schumpeter's ideas. Their apparently opposite views could be fairly associated with an “externalist” X “Internalist” controversy, but it is argued that this is not the case because they share some common and undiscussed premises. The problem should be to discuss the real significance of using the tools of economic theory not only by verifying their “practical” consequences or by isolating the techniques from other levels of analysis but assuming the relevance of ideological criticism at the methodological plane.

KEYWORDS: Methodology of economics; Dobb-Schumpeter polemic; ideology.

JEL Classification: B41.

Quem quer que se detenha nas inúmeras polêmicas em que atualmente estão envolvidos os cientistas sociais, em particular os economistas, provavelmente chega a um ponto em que as muitas posições em conflito se tornam definitivamente irreduzíveis. Mais ainda, provavelmente esse momento agônico será aquele em que

* DEPE-UNICAMP, São Paulo/SP, Brasil.

se reconhecem divergências de método fundamentais. A divergência que se baseia em última análise em questões de método, de filosofia da ciência ou como se queira chamar, parece sempre a definitiva, a fronteira que delimita a própria possibilidade de diálogo.

Entretanto, somente quando se reconhece que esse aparente ponto terminal deve ser tomado como um novo impulso, como verdadeiro ponto de partida, a própria possibilidade (já não digo de uma solução) de se abrirem novos horizontes começa a se alargar. Creio estarmos em um momento no qual se recoloca a discussão metodológica ou filosófica no terreno da ciência econômica (e a própria história do pensamento ao menos sugere que esses momentos são, e não por uma casualidade, os momentos críticos para o desenvolvimento de novos paradigmas).¹

Pretendo examinar a seguir, partindo de algumas considerações gerais em torno dessas preocupações ditas metodológicas, o modo como elas podem ser postas no terreno da teoria econômica, pelo exame de uma polêmica exemplar que Dobb pretende entreter com Schumpeter.²

É fato notável que a ciência tenha se tornado, principalmente a partir do século passado, um universo identificável de “sabores” especializados, autônomos (quando não compartimentados) e patrocinados por instituições distintas, não escapando a uma divisão operacional do trabalho intelectual que paga tributos à produtividade.

Por razões diversas, o caráter instrumental das ciências foi sendo continuamente reposto como o próprio critério e condição de cientificidade, nessa medida teorizado e tomado como inspiração para algumas tradições filosóficas contemporâneas.

Mas deveria o desenvolvimento organizado e organizativo da ciência no capitalismo servir de tema para mais uma especialização, a sociologia da ciência? Ou será que essa referência crítica aos contextos sociais e históricos pode inaugurar de alguma forma e internamente às diversas disciplinas essa discussão metodológica a que aludimos, superando a compartimentação excessiva?

É a partir de uma tal perspectiva inicial que algumas distinções como “interno” ou “externo” à teoria, “análise conceitual” ou “condicionamento social”, “juízo positivo” ou “normativo”, “lógico” ou “histórico” precisam ser repensadas.³

Está em jogo, nesse momento, a própria definição de ciência, essa criação

¹ Para uma discussão recente sobre a “crise de paradigmas” na Ciência Econômica, cf. Peabody, G. E. *et al.* *Paradigmas Radicales en Economía*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1977.

² Dobb, M. *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*, cap. I: “Introdução: A Propósito de Ideologia”, Ed. Presença-Martins Fontes, Lisboa, s.d.; Schumpeter, J. A., *History of Economic Analysis*, Part I: “Scope and Method”, Nova Iorque, Oxford University Press, 1961. Trato aqui apenas de comentar criticamente esses textos, sem me preocupar em reproduzir extensivamente suas ideias, aliás suficientemente divulgadas entre os economistas.

³ Cf. Agassi, J., *Externalism*, UNICAMP-CLE, manuscrito, vol. II, n.º I, 1978; também a polêmica de fundo para esse artigo entre Thomas Kuhn e Imre Lakatos in *Boston Studies in the Philosophy of Science*, vol. VIII.

humana plantada sobre o solo da linguagem. E aí começam as grandes dificuldades. “Onde quer que a relevância da linguagem esteja em risco, as questões tomam-se políticas por definição, pois é a linguagem o que toma o homem um ser político.”⁴

Que os problemas nesse momento relacionados à linguagem científica ultrapassem em muito as dificuldades de ordem sintática é também o ponto de partida para a discussão que se segue.

Em suma aqui se pergunta acerca de conceitos, teorias, explicações, previsões, associados à produção científica. Tarefa clássica da filosofia da ciência, o que tem ela a nos dizer?

Na prática, consoante as indicações do modelo fisicalista, a superestimação do dado empírico leva a classificar tudo que esteja além do instrumentalizável no campo da cláusula *ceteris paribus*. A filosofia, nesse sentido, é acessória à ciência (natural ou social). Acessória, mas condicionando (uma vez que se estabelece um paradigma) o próprio trabalho de pesquisa, introduzindo regulamentações que acabam por distinguir pensamento de vida social (ao classificar juízos de valor, evitar discussões históricas, ignorando a dimensão política da produção científica etc.).

Como são formuladas e introduzidas essas distinções e regulamentações? Mais precisamente nas ciências humanas, na teoria econômica? Além das discussões gerais em torno da filosofia da ciência (como por exemplo aquelas catalizadas pela tradição empirista-lógica), de que forma todas essas preocupações se efetivam no terreno conflituoso das teorias sociais?

A POLÊMICA ENTRE DOBB E SCHUMPETER

As mais variadas tradições de pensamento social, diante do imperativo da cientificidade, procuram de algum modo definir e dar conta dos vários problemas sugeridos pela questão da ideologia.⁵

No que diz respeito aos debates no campo da Teoria Econômica, dois autores importantes enfrentaram o tema, de algum modo pressupondo-se mutuamente como interlocutores. Schumpeter pretende a certa altura responder a um marxismo que a tudo “ideologiza”, Dobb pretende contrapor-se à teoria econômica ortodo-

⁴ Arendt, H., *The Human Condition*, Prólogo, p. 3, University of Chicago Press, 1958.

⁵ O próprio Lakatos afirma que “a analogia entre ideologias políticas e teorias científicas é mais estreita do que normalmente se crê: – as ideologias políticas que podem começar discutindo-se (e talvez se aceitando somente sob pressão) podem converter-se em conhecimento básico inquestionável em uma geração (...)”, discutindo a natureza das apreciações sobre a teoria newtoniana. Cf. Lakatos, 1., *Pruebas y Refutaciones*; p. 67, Madri, Alianza Editorial, 1978.

Ainda com relação à importância da discussão sobre “ideologia” nas ciências sociais, remeto a propósito ao capítulo X (“Ciência, Ciência Social e Ideologia”) de Ryan, A., *Filosofia das Ciências Sociais*; Rio de Janeiro, Ed. e Livr. Francisco Alves, 1977. Uma bibliografia mais extensa sobre o tema pressupõe uma opção com respeito ao sentido estrito com que se toma o termo “ideologia”. Trato neste artigo, entretanto, de mostrar como a ausência nessa definição pode ser estratégica ...

xa que tudo “tecnifica”, tomando o clássico de Schumpeter como objeto específico para crítica.

Penso que acompanhar com detalhe a discussão feita por Schumpeter e Dobb oferece a oportunidade para tornar menos gerais as questões acima levantadas, além do fato de que, sendo ambos conhecidos por discutirem temas referentes à teoria econômica, podemos sem dúvida preparar o terreno para uma análise específica em torno das várias teorias em discussão na ciência econômica.

Schumpeter coloca o leitor diante de uma questão essencial: qual o significado de um saber técnico? O que caracteriza um saber técnico além de ser, ele mesmo, referência e efetivação de um critério de cientificidade? De onde retira a autoridade de que é posta como critério? Até que ponto encaminha as respostas?

Uma vez estabelecido um critério para o exame da história do pensamento econômico, o autor quer torná-lo o mais abrangente possível, correndo então o risco de tornar a-histórico o próprio conceito de técnica (técnica de análise, de compreensão ou de formulação de políticas sociais).

A proposta de Schumpeter divide-se, em linhas gerais, em três teses intimamente relacionadas (no sentido de que estão articuladas de tal modo a poder dar conta de um problema básico: a interferência ideológica na produção da ciência econômica como ciência social, o *ideological bias*).

Há primeiramente uma série de indicações quanto à relação entre a ciência econômica e as demais ciências (História, Filosofia, Psicologia etc.), assim como uma série de recomendações quanto à postura ideal de um pesquisador. Recomenda-se o máximo de informação e interdisciplinaridade.

Outro ponto básico é a distinção entre “visão” e “análise científica”. A visão é caracterizada por Schumpeter como um momento necessário de apreensão quase intuitiva dos problemas relevantes para a pesquisa ou para o trabalho propriamente científico de formalização desses problemas e encaminhamento rigoroso de soluções.

Por fim, Schumpeter caracteriza o trabalho científico de análise como um processo simultâneo de depuração ideológica, de aperfeiçoamento científico através da história da disciplina. Esse processo assegura tão-somente que os resultados contemporâneos adquiriram o máximo possível de rigor e cientificidade face aos momentos anteriores, menos desenvolvidos, da ciência econômica. Com base nessa caracterização pode-se distinguir entre economia política, pensamento econômico e análise econômica, segundo se pense nas injunções ligadas à aplicação de um saber científico, na opinião comum que vigora em uma dada época ou no trabalho propriamente científico e instrumentalizado que já passou por uma depuração e crítica interna.

As críticas de Dobb procuram, fundamentalmente, atingir a concepção instrumentalizada de Schumpeter no que elas podem representar como defesa da determinação do pensamento teórico pela aplicação prática à qual mais cedo ou mais tarde a teoria científica é submetida. Prática tem em Dobb um sentido forte de aplicação e envolvimento em interesses sociais.

Desse modo as críticas de Dobb parecem opor-se frontalmente às ideias de Schumpeter: trata-se sempre de apontar a determinação ideológica da teoria científica.

Mas algumas observações devem ser feitas no que diz respeito à natureza desse debate. Começemos por Schumpeter.

Provavelmente não é de todo inoportuno examinar as formulações de filosofia social anteriores ao capitalismo ou à sua formação. Mas então seria menos arriscado falar em “perspectivas de mundo” (em que algo próximo à teoria econômica estaria incluído). É como se Schumpeter procurasse a história de um objeto supra histórico, uma análise econômica sempre aperfeiçoada, mas nunca gerada. Pelo contrário, existindo ao longo dos séculos, trata-se de um instrumento cujo aperfeiçoamento é função linear do tempo. O conceito de instrumento de conhecimento está assim, desde o início, desvinculado de qualquer contexto. Mal comparando, é como se um pesquisador da história do canto lírico quisesse encontrar sinais da existência dessa arte nos grunhidos de uma tribo tropical, no coro do teatro grego, nos cantos germânicos de nômades bárbaros e assim por diante, onde quer que se tratasse de identificar emissão de voz. Tratado como um universal cuja identificação dispensa a diferença, o objeto perde totalmente o significado, torna-se nada. Formulações a respeito da sociedade lembram e, muitas, foram mesmo incorporadas pela posterior economia política. Mas qual o significado de igualar essas formulações ao desenvolvimento de uma racionalidade científica mais recente sem sublinhar que o próprio instrumento de análise não é indiferente ao papel que assume num contexto historicamente particular? Entretanto é como absoluto que acabam sendo interpretados os termos aparentemente vagos tais como “esforço intelectual”, “análise econômica” etc. Ainda que se preocupe sempre em fornecer ao leitor uma imagem da *Zeitgeist* (espírito de época) que permeia a análise econômica, essa referência é suficientemente distante e vaga a ponto de, no limite, ser reduzida à condição de ilustração.

Qual o sentido das indicações de Schumpeter no sentido de incentivar o economista a buscar uma sólida formação histórica, científica, filosófica e em outras ciências?

Propor aos indivíduos que se familiarizem com a produção científica em geral significa muito do ponto de vista importante da pedagogia de uma teoria econômica particular. A ligação com a história da disciplina é tornada essencialmente ilustrativa (estuda-se história para buscar inspiração, aprimorar a intuição). Pensada como cronologia, a determinação histórica realmente não afeta em nada o processo de produção da ciência. É um mero registro. A distinção entre sociologia da ciência e ciência da ciência opera o mesmo reforço: a análise pura é um corpus fechado que no máximo tem antecessores rudimentares.

Entretanto, onde leva essa insistência na dimensão técnica, analítica, como produto isolado? Em última instância: àquela referência a um ideal de ciência unificada em que impera uma versão “internalista” do desenvolvimento da física e da matemática. O traço marcante nesse momento da autoexplicação de Schumpeter é

a identificação da técnica como característica da análise teórica, capaz de sofisticar-se às custas de uma demarcação rígida entre as “áreas” do conhecimento humano. Demarcação que operaria ao longo da história da análise econômica e que um tratado histórico do tema deve reproduzir. Face a essa ordenação, o indivíduo organiza a matéria da melhor forma (de fato, segundo o paradigma seguido pelo indivíduo). Enquanto acredita que a ciência é um conhecimento instrumental autossuficiente, pode-se buscar sua “origem” em qualquer ponto do espaço e do tempo. Assim, aos poucos, vai sendo enriquecida a caixa de ferramentas em que a história do pensamento é uma entre outras dessas ferramentas.⁶

Outra “ferramenta” importante e que também constitui o conjunto de técnicas profissionais que definem a análise econômica é a “Teoria”. Entretanto (e aqui fica revelada a verdadeira e essencial preocupação de todo o texto), todas essas ferramentas sofrem o assédio onipresente da Ideologia, quando não dão margem essas técnicas mesmas ao surgimento de focos ideológicos.

A partir de uma crítica ao conceito “marxista” de ideologia, Schumpeter entende a ideologia como sendo um perigo que ameaça a análise econômica.

A divisão (mais propriamente, demarcação) operada por Schumpeter entre economia política, pensamento econômico e análise econômica é um primeiro passo para identificar exatamente “por onde entra” a ideologia, através de que canais pode esse fenômeno se constituir em ameaça. Mais que isso, a distinção entre ciência, política e opinião é o pressuposto a partir do qual a ameaça ideológica pode ser pensada como exógena ao corpo da análise. Para revelar qual o perigo representado pela ideologia, o Autor trata desde logo de diminuí-lo sem mais. Há, portanto, um campo mais estreito, porém científico, a análise econômica. Aí, sim, a ideologia pode representar um perigo contra o qual é preciso recomendar regras de procedimento. “Vamos, portanto, analisar o processo científico mesmo a fim de perceber onde os elementos ideológicos podem *entrar* e quais são os nossos *meios* de reconhecer e talvez eliminá-los.”⁷

Dois elementos se destacam: a análise do processo de conhecimento em si mesmo (que abriga as várias técnicas) mais a precedência de um ato pré-cognitivo. Ou seja, para Schumpeter o conhecimento científico como um todo conjuga o uso de técnicas a uma Visão. Essa visão constitui o próprio objeto de conhecimento a ser trabalhado pela análise, lembrando a intuição pura kantiana. Trata-se de dis-

⁶ Cf. Schumpeter, *op. cit.*, p. 8, n. 2. Percebe-se claramente como ao instrumento ou técnica só pode estar associada uma função de depuração ideológica e aperfeiçoamento da ciência, mas nunca uma discussão que caracterize o alcance (metodológico, ontológico, histórico) da opção por uma técnica em particular. Nessa nota de pé de página, Schumpeter cita discussões filosóficas quanto à validade de uma prova epistemológica na matemática sem, entretanto, tirar daí a conclusão de que também uma técnica ou procedimento matemático pressupõe juízos fundamentais quanto à natureza do objeto teórico. Uma avaliação mais detalhada desses juízos pode, por exemplo, servir de ponto de partida para uma discussão sobre a relevância da matemática para as ciências sociais.

⁷ Schumpeter, J. A. *op. cit.* p. 41 (grifos meus)

tinguir entre intuição e conceito, fazendo com que sensibilidade e entendimento componham todo o conhecimento possível. Tanto o conhecimento fornecido pela análise econômica quanto a ação associada *post festum* a esse conhecimento adquirido estão devidamente distintos, ainda que a experiência e o mundo sejam oportunidades para a efetivação de ambos. Os desenvolvimentos crescentes da análise pura são frequentemente *utilizados posteriormente* (políticas que se lhe associam). Mas, antes disso, operam com o intuito de depurar a visão, eliminar os focos ideológicos a que está sujeito o pesquisador quando, diante dos fenômenos que lhe interessam, têm a visão. Sem definir em nenhum momento o que vem a ser ideologia (ainda que consciente de seus perigos), Schumpeter pode ver-se livre de sua influência.

Dobb procura, no primeiro capítulo de seu livro, rebater as concepções de Schumpeter a partir de uma perspectiva aparentemente oposta. Por isso nos interessa acompanhar sua discussão.

Por serem ideológicas as implicações práticas de uma opção teórica, não cumpriria distinguir ideologia de prática teórica; essa parece a orientação geral da discussão.

Inicialmente já se postula uma concepção de ideologia que acaba sendo igualmente vaga. A ideologia é posta por Dobb como relatividade histórica: trata-se de filosofia social sistematizada “em certo grau”. Qual o sentido de abandonar a ideia de ideologia como “falsa consciência” para, com base num conceito ainda impreciso, louvar mais adiante certos avanços técnicos em economia que não são apolo-géticos *em si mesmos* (“mas apenas quando postos *a serviço do capitalismo?*”, seria uma boa pergunta ...) .

O conceito de ideologia continua vago, mas agora a dimensão prática da produção científica pode ser um critério seguro, não para eliminar o que seja ideológico, mas para lhe garantir um lugar que seria “de direito”.

O problema talvez fosse separar *técnicas* de *ideologia*, e essa distinção está presente em Schumpeter. Entretanto Dobb prioriza a distinção entre técnicas e produto, trabalho intelectual de resultado desse trabalho. Mas ao encaminhar a discussão nesse sentido, Dobb volta a sublinhar que a ideologia surge conforme a prática. Uma vez reconhecida a urgência de não se ignorar as implicações da distinção formal entre técnica e produto, continua a questão de se saber qual o papel das técnicas no interior da teoria, mesmo que concebida de forma mais ampla a ponto de não se isolar da política. Isso quanto à crítica da distinção instrumento-produto. Mas não é *essa* distinção de Schumpeter que permite o ostracismo da ideologia. Mesmo porque em última instância Schumpeter separa, mas admite a validade e mesmo necessidade de uma economia política, de uma dimensão normativa. Se Schumpeter opera a distinção entre teoria e prática para afastar a ideologia, Dobb *mantém* a separação para provar que na prática uma teoria é sempre ideológica.

Se em nenhum dos dois fica resolvida a questão da ideologia sem que se ope-

rem compartimentações profundas entre os diversos momentos da produção científica é porque não se detêm na distinção que acaba escapando ilesa: *técnicas* de um lado, *ideologia* de outro.

Schumpeter não reduziu a história da análise econômica a uma separação entre técnicas e produto (as várias teorias) mas tentou identificar regras e procedimentos que depurassem a análise da ideologia.

Dobb critica uma concepção que não é a de Schumpeter (a da caixa de ferramentas) pois há, na *History of Economic Analysis*, a conjunção de ferramentas e uma visão. Essa é a distinção fundamental que escapa à crítica de Dobb. A “visão” não é uma ferramenta, mas é operada por ferramentas, segundo Schumpeter. Não é à toa que Dobb admite a possibilidade de várias histórias de técnicas,⁸ ou admite também a validade do conceito de “visão”,⁹ na única medida em que esta pode permitir a influência de ideologias.

O problema ainda é saber por que a utilização de certos instrumentos é objeto de crítica não apenas devido às suas aplicações nem porque seguem um paradigma de cientificidade mas por representarem, quando ajudam a erguer a trama de uma teoria científica, opções de método particulares ao ponto de se referirem a um mundo específico, uma sociedade determinada.

Tanto para Schumpeter quanto para Dobb (aparentemente adversários) a ideologia está do lado “de fora” da ciência. No limite concordam mesmo quanto aos pontos por onde ela “entra” ou “sai”, discordando quanto a serem essas entradas e saídas boas ou más.

As imbricações entre ideologia e técnica informam nesses autores uma tensão entre “interno” e “externo” que, ao não ser superada, continua permitindo um isolamento radical da teoria como um corpo fechado cujas entranhas devem ser protegidas a todo custo. Uma aparente divergência de opiniões é assim esclarecida, percebendo-se um pressuposto comum apresentado sob formas diversas.

Identifico assim nessa polêmica uma situação que lembra a advertência feita por Merleau-Ponty:

“Não somos obrigados a escolher entre aqueles que pensam que a história do indivíduo detém a verdade das construções simbólicas do filósofo, e aqueles que pensam, ao contrário, que a consciência filosófica tem, por princípio, as chaves da história social e pessoal. A alternativa é imaginária, tanto assim que os defensores de uma destas teses sempre recorrem sub-repticiamente à outra”.¹⁰

⁸ Dobb, M., *op. cit.*, pp. 14-15.

⁹ *Idem*, p. 28.

¹⁰ Merleau-Ponty, M., “Em Toda e em Nenhuma Parte”, in *Textos Escolhidos*, col. *Os Pensadores*, vol. XLI, p. 401, São Paulo, Ed. Abril, 1975.

Ainda que Merleau-Ponty aí se refira à filosofia, acabamos de ver como o mesmo tipo de postura pode se fazer valer em uma ciência específica. Mas que a referência às possibilidades de interpretação da obra filosófica, na frase citada, seja em verdade uma referência ao cientista social, em particular ao economista, depende a meu ver de uma discussão hoje urgente a respeito daquilo que foi a maior limitação das respostas que examinamos em Dobb e Schumpeter, sendo ainda a pergunta relevante: qual a realidade da ideologia.

